

Tribunais apóiam aumento

Os 27 presidentes dos Tribunais de Justiça estaduais lavaram as mãos sobre a deflagração ou não da greve dos juízes, em protesto contra a reforma de Previdência. Não se posicionaram contra nem a favor do movimento, embora reconheçam a legitimidade das reivindicações.

A greve está sendo articulada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pelas associações estaduais da categoria. E deverá ser deflagrada no dia 5 de agosto.

Em nota divulgada ao final do encontro, realizado no Tribunal de Justiça do DF, por unanimidade, eles manifestaram "irrestrita confiança na pessoa e nos atos do presidente do STF, Maurício Corrêa". O ministro foi eleito represen-

tante dos magistrados nas negociações com os poderes Legislativo e Executivo.

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça "reconhece a legitimidade das reivindicações institucionais e não pessoais dos juízes, lamentando a incompreensão do Poder Executivo e o descumprimento da palavra, solenemente empenhada, tenham conduzido a classe a decidir por eventual paralisação, que nenhum magistrado deseja", prossegue a nota.

O presidente do Colégio, desembargador José Fernandes Filho, afirmou: "O que os magistrados reivindicam é um mínimo de respeito aos direitos dos juízes. O que comove a magistratura é o desrespeito às suas prerrogativas".

Em seguida, os juízes condenam governadores por quebra da irredutibilidade salarial dos magistrados estaduais. A nota diz que os desembargadores repudiam "a intransigência de alguns governador de estado, responsáveis pela violação da irredutibilidade, a possibilitar que juiz federal substituto, no início de carreira, tenha remuneração superior a de desembargador, maior autoridade judiciária estadual".

No final da nota, os magistrados fazem um alerta: "Reafirma, na condição de órgão representativo dos Tribunais de Justiça do País, que a quebra de garantias constitucionais da magistratura constitui perigoso precedente à segurança jurídica".